



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 20ª reunião, realizada em 23 de julho de 2018

1 Em 23 de julho de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto
6 Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
8 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Marília Jardim de
9 Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho
10 Junior, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio
12 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Vanessa Fontenelle, do
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).
19 Representantes da sociedade civil: José Hermano Oliveira Franco, da
20 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Gabriel
21 Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
22 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri
24 Dubois Collet declarou aberta a 20ª reunião da Câmara de Proteção à
25 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Henri Dubois Collet: “Eu
27 quero fazer apresentação do nosso novo procurador do IEF, procurador da
28 AGE, o Dr. André Robalinho Mello. É muito prazer que temos de recebê-lo aqui
29 para as nossas atividades não só aqui no nosso Conselho, como também no
30 IEF. Seja muito bem-vindo.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu
31 assisti em videoconferência na Faemg, na semana passada, uma apresentação
32 de uma autoridade do ICMBio a respeito de uma publicação que deverá sair por
33 agora ou daqui a mais um pouco. É o Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas
34 de Extinção. Eu achei muito interessante, muito importante, um negócio muito
35 bem-feito. De repente, a CPB conseguiria trazer uma apresentação dessa aqui.
36 A apresentação foi feita na CNA a pedido, inclusive, do próprio ICMBio, que tem

37 interesse em divulgar esse trabalho que foi feito. E tem interesse em divulgar
38 porque, de acordo com quem fez a exposição lá, essas publicações de livro
39 vermelho de espécies sempre são feitas debaixo de um segredo muito grande e
40 acabam recebendo muitas críticas. Então, fica a sugestão. Nós, da Faemg,
41 gostamos muito, e talvez seria legal trazer para a CPB.” Presidente Henri
42 Dubois Collet: “Nós vamos fazer esse encaminhamento e pedir à Juliana, do
43 ICMBio, para foi e quem é a pessoa exatamente. Fica para a próxima reunião.
44 Eu acho que é importante. Se for possível, já trazermos o ICMBio para fazer
45 uma palestra, uma apresentação para nós. Eu acho que é importante dar
46 conhecimento a todos, principalmente porque é uma área que estamos sempre
47 discutindo aqui todos os anos.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Eu vou
48 em busca de informações sobre essa palestra, mas queria falar ao Carlos
49 Alberto que lista vermelha e várias outras publicações não são feitas com
50 segredo, elas são feitas aberto à participação da sociedade. Se não temos
51 conhecimento daquilo, não significa que as demais pessoas não tenham
52 conhecimento e que aquilo foi feito em segredo. O que você citou sobre livro
53 vermelho, participam todos os pesquisadores do Brasil, os pesquisadores que
54 estão vinculados às espécies ameaçadas, e o resultado é baseado em trabalho
55 técnico, não é nada feito pelo ICMBio, é feito pela sociedade.” Conselheiro
56 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Quem falou isso foi ele, lá, não foi eu. Mas não
57 é bem aberto. Tem até um caso muito interessante, que aqui em Minas foi feita
58 uma lista dessa, um livro, que teria que ser homologado pelo COPAM. Eles
59 queriam que o COPAM homologasse sem divulgar. Isso já tem uns dez, doze
60 anos. De qualquer maneira, fica a sugestão. E o bom mesmo é que todo mundo
61 fique sabendo como é feito, quem está ameaçado e como funciona isso.”
62 Presidente Henri Dubois Collet: “Nós vamos fazer esse encaminhamento para
63 ver se podemos ter essa apresentação já na próxima reunião.” **4) EXAME DA**
64 **ATA DA 19ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 19ª reunião da
65 Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 25
66 de junho de 2018, com abstenção da Angá. **5) STATUS DE CONSTRUÇÃO DA**
67 **POLÍTICA ESTADUAL SOBRE CORREDORES ECOLÓGICOS.**
68 **Apresentação: Diretoria de Conservação e Recuperação de**
69 **Ecosistemas/IEF.** Tatiana Pires Botelho/IEF fez apresentação à Câmara
70 sobre o Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Corredores Ecológicos, que
71 foi objeto de discussão em seminário realizado no último dia 12 de junho.
72 **Debates.** Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu acho importante que
73 tenha sido colocada a necessidade de atos de reconhecimento dos corredores
74 ecológicos, assim como foi o Sossego de Caratinga, um decreto para isso.
75 Porque temos visto muitos comentários de gente falando de corredores
76 ecológicos que existem, mas que não têm limite, não têm localização, e que
77 parece que o corredor ecológico flutua de acordo com o interesse. Tem um
78 empreendimento no local, e o corredor ecológico está ali, tem em outro local, o
79 corredor ecológico está lá. Então, é muito importante isso ter sido colocado,

80 porque vimos batendo muito de que corredor ecológico tem que ser
81 formalmente instituído para que seja válido nesse sentido. Vocês colocaram a
82 necessidade de ciência do órgão licenciador ao órgão gestor do corredor
83 ecológico. Aí, só um pedido para que fique muito claro de que é só ciência,
84 porque temos visto acontecer muito com a resolução Conama 428. Nos casos
85 em que não é necessária autorização do órgão gestor da unidade de
86 conservação, em que é necessária só a ciência, o órgão gestor da unidade de
87 conservação quer se manifestar e dar autorização. É importante deixar muito
88 claro no texto que é só ciência, que é só a informação, para que isso não trave
89 os processos de licenciamento, que já têm outras formas com que já estão
90 sendo travados.” Tatiana Pires Botelho/IEF: “Teve essa discussão mesmo, e
91 realmente seria só a ciência, até para articular quais ações poderiam ser feitas
92 para minimizar. Mas, realmente, não significa autorização.” Conselheiro Nino
93 Antônio Camini: “Duas coisas. A primeira, só mais a título de informação, até
94 por uma questão de possibilidades de investimentos também. Em março deste
95 ano, o Ministério do Meio Ambiente instituiu, através da Portaria nº 75, o
96 chamado Programa Conecta, que tem exatamente o objetivo de reconhecer
97 corredores institucionalmente estabelecidos para gestão conjunta e
98 financiamento. Então, seria mais uma possibilidade. Além de o Estado de Minas
99 reconhecer com todas essas possibilidades de financiamento, também que se
100 buscasse reconhecimento por parte do governo federal de poder pleitear esses
101 recursos. A segunda é uma coisa que eu bato bastante no tema: corredor
102 ecológico não é outra unidade de conservação, não é uma categoria de unidade
103 de conservação, é um espaço territorial que vai permitir uma outra concepção
104 de gestão, que a questão de se trabalhar em conjunto, com todo mundo que
105 está, para fazer uma melhor gestão desse território. Então, na verdade, é
106 porque esse tipo de discussão tem vindo, muita gente falando ‘é uma nova
107 unidade de conservação, com novas restrições’. Na verdade, não, as restrições
108 que existem são as restrições legais a que todo proprietário rural e todo mundo
109 que está ali dentro já são sujeitos mesmo, só que essas pessoas vão ser
110 chamadas a trabalhar em conjunto para que essa parte do território tenha uma
111 gestão mais voltada para o seu objetivo. Eu acho que é muito importante deixar
112 isso claro, porque vamos precisar do apoio de todo mundo que está dentro de
113 um corredor ecológico, e as pessoas tem que trabalhar, realmente, em conjunto.
114 Por isso, inclusive, eu acho importante ter falado ali que o conselho é
115 deliberativo, vai ter o poder de escolher quais são as ações prioritárias e como
116 as coisas vão acontecendo ali dentro. Isso é bem importante. Tatiana Pires
117 Botelho/IEF: “É isso mesmo, essa é a ideia que estamos trabalhando. E nós
118 estamos cientes também desse Programa Conecta. A nossas discussões, na
119 verdade, iniciaram antes de ser divulgado, mas nós já estamos de acordo,
120 estamos lendo e realmente estamos na mesma linha.” Conselheiro José
121 Hermano Oliveira Franco: “Eu vou voltar ao raciocínio que o Nino já começou só
122 para fazer um contraponto. Eu entendo, claramente, e sou contra cada vez mais

123 burocratizar o processo de licenciamento. Muito pelo contrário, eu acho que a
124 coisa tem que ser mais simples. Mas eu entendo que é muito importante que o
125 conselho gestor, que as pessoas que estão sentindo na pele lá tenham mais
126 algum tipo de poder, mais do que só ciência. Eu entendo que a participação de
127 quem está sentindo na pele é diferente. Eu não acompanhei e vou ter que ler,
128 estudar e entender a esse respeito, mas me preocupa que essas pessoas
129 fiquem à parte do processo só podendo 'gritar', de alguma forma, o que é
130 sempre conflituoso e ruim, é criar conflito de forma desnecessária talvez. Como
131 eu disse, não li e estou falando com base no pouco que estou entendendo aqui
132 agora." Tatiana Pires Botelho/IEF: "Eu acho até interessante levantar isso, José
133 Hermano, mas podem, inclusive, como eu disse, participar das discussões no
134 próximo seminário, porque isso já foi muito debatido, muito discutido. É o que
135 estávamos dizendo, não há como também burocratizar mais e também não é
136 uma unidade de conservação, então, temos certos limites também para
137 trabalhar essa gestão territorial. Mais uma vez, convido a todos para participar
138 no próximo seminário, vai ser um espaço mesmo para terminar de debater
139 essas ideias, porque realmente se chega a um ponto em que debatemos muito,
140 mas tem que se chegar a algum ponto." Conselheiro Carlos Alberto Santos
141 Oliveira: "Parabéns pela apresentação, parabéns por trazer isso aqui para abrir
142 a discussão. Eu percebi que já tem um projeto de lei, até alguns artigos. Eu
143 queria comentar o seguinte. No Conselho Estadual de Recursos Hídricos, tem
144 um Grupo de Trabalho que está discutindo áreas de restrição de uso de
145 recursos hídricos, e esse Grupo Trabalho é muito interessante. Foi feito um
146 evento para ver se tinha necessidade de fazer essa discussão ou se não tinha.
147 O evento concluiu que não tinha necessidade, que as restrições para aquela
148 matéria que está sendo discutida já estão no Código Florestal, na Lei de Crime
149 Ambiental, nos licenciamentos ambientais, enfim, para tudo quanto é lado. O
150 cuidado que nós temos que tomar é de achar a forma daquela compatibilização,
151 que foi a primeira coisa de que você falou. Nós tivemos aprovação agora da DN
152 217, do licenciamento ambiental, que trouxe uma novidade que é o critério
153 locacional. O critério locacional significa dizer que, se vai haver um
154 empreendimento a ser aprovada a sua operação aqui, ali ou acolá, e se estiver
155 perto de uma unidade de conservação ou de um atributo ambiental especial, as
156 dificuldades para o licenciamento ambiental vão aumentando em uma proporção
157 que pode quase que inviabilizar o empreendimento. Nesse caso, significaria
158 dizer: 'O meio ambiente, neste momento, é muito mais importante'. Mas, com
159 todo o cuidado que nós tivemos na aprovação das novas regras do
160 licenciamento ambiental, ocorre o seguinte: a propriedade rural já está lá
161 instalada há séculos dos séculos, e, de repente, cria-se uma unidade de
162 conservação, e o licenciamento é de uma complexidade tão grande que teria o
163 empreendimento que parar de existir, o que é impossível. É um problema que o
164 setor agropecuário tem e que nós vamos ter que resolver. Eu acho que vai ter
165 que abrir a discussão novamente, porque já temos casos de gente que está

166 tendo que contratar um EIA/Rima tão complicado que a renda da propriedade
167 não paga o preço do EIA/Rima. Eu posso até não ter colocado tudo com tanta
168 clareza como eu queria, mas nós temos que tomar cuidado com essa questão
169 de áreas protegidas, corredores ecológicos e restrição de uso. É como nos
170 falamos no Conselho de Recursos Hídricos: tem muita restrição para tudo
171 quanto é lado, então, temos que tomar muito cuidado para não criar novas
172 restrições.” Tatiana Pires Botelho/IEF: “Conforme nosso colega disse,
173 justamente, a ideia do corredor ecológico é uma ferramenta de gestão territorial
174 que nós vamos trabalhar junto com todos os atores que estão naquela área. A
175 nossa ideia não é realmente criar novas restrições porque, para isso, já temos o
176 Snuc, com uma série de unidades de conservação. Então, a ideia mesmo é uma
177 ferramenta de gestão territorial.” Presidente Henri Dubois Collet: “Eu quero
178 agradecer a Tatiana. Parabéns pela apresentação. E vamos divulgar mesmo
179 todos esses eventos que vamos ter, para que possamos compartilhar e alinhar
180 bem, para que depois não tenhamos problemas. Mas eu acho que é um
181 trabalho necessário. Nós precisamos definir realmente essa questão de
182 corredores ecológicos, principalmente os corredores em que estamos
183 estudando a possibilidade de criar na Serra do Espinhaço. Nós temos várias
184 unidades de conservação em que precisamos manter esse fluxo gênico nessa
185 região. Mesmo outras também. Esses dias, eu fiz uma apresentação e, quando
186 estive estudando os mapas, falei ‘olha como que se forma um corredor muito
187 interessante’. E nós devemos lembrar também nesses estudos – e eu acho
188 importante talvez até detalhar um pouquinho mais – algum estudo com relação
189 ao que vem a ser a APP de topo de morro. Porque muito pouca gente sabe
190 definir ou parametrizar topo de morro, e APP de topo de morro também é uma
191 área fundamental de interligação com as unidades. As de curso d’água já estão
192 bem-definidas, mas nos limites de APP de topo de morro, o que faz parte do
193 nosso Código Florestal, não estamos bem-ambientados com esses cálculos.
194 Então, eu acho que é importante observar isso e que possamos conversar até
195 antes sobre essa questão.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Já que você
196 citou, o IEF já tem trabalhado na região do Espinhaço, junto com o pessoal do
197 ICMBio mais as prefeituras. Porque, na verdade, essas coisas não têm a devida
198 divulgação que nós achamos que deveria, mas o Estado já tem trabalhado junto
199 com o ICMBio mais as prefeituras e as unidades municipais para estabelecer o
200 corredor do Espinhaço, que uma iniciativa muito boa. Mais do que simplesmente
201 estabelecer regras, fazer essa gestão conjunta. Todos os gargalos que todos os
202 entes públicos passam, eles estão direcionando as ações, e é extremamente
203 positivo. Eu acho que é um exemplo muito bom do que já está se fazendo, como
204 o Estado hoje trabalhando junto com a União.” Presidente Henri Dubois Collet:
205 “Eu acho que também é importante e é preciso ver com o pessoal que prepara a
206 pauta. Talvez para próxima reunião trazer, junto com o Nino, essa proposta dos
207 estudos, pelo menos mostrar onde se está trabalhando com essa proposta de
208 corredores interligando Caminho das Gerais, Serra Nova, Grão Mogol,

209 Botumirim, o próprio Parque das Sempre-Vivas, aquele mosaico, essa
210 interligação toda. É lógico que está em fase de estudo, mas eu acho que é
211 importante, principalmente nessa questão da transparência das informações
212 que são importantes de trazermos para a mesa.” **6) PROCESSOS**
213 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
214 **CONFORME POA 2018. 6.1) Vale S/A. Barragens de Geração de Energia**
215 **(Hidrelétrica). Muriaé/MG. PA 23991/2012/001/2013. Classe 5.**
216 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
217 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama,
218 Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV.
219 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu votei favorável em todos os
220 processos, mas, no item 6.1, registrar que a Fiemg é contrária à atualização do
221 Valor Contábil Líquido, conforme discussões já feitas aqui. Eu não quis pedir
222 destaque porque é algo que já vimos discutindo há muito tempo, mas só deixar
223 registrado que a Lei 9.249/95 veda a atualização de demonstrações financeiras.
224 Então, por isso, a Fiemg discorda dessa atualização.” Conselheira Vanessa
225 Fontenelle: “Só para ratificar que o posicionamento do Sindiextra é o mesmo da
226 Fiemg.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Da mesma forma,
227 apoiando a manifestação do conselheiro Thiago, a Faemg também discorda
228 desse modelo de correção.” **6.2) Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda.**
229 **Aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe A da construção civil**
230 **e/ou áreas de triagem, aterro para resíduos não perigosos. Classe II de**
231 **origem industrial, aterro para resíduos perigosos. Classe I de origem**
232 **industrial, compostagem de resíduos industriais, incineração de resíduos,**
233 **tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde (grupo A -**
234 **infectantes ou biológicos), exceto incineração, tratamento e/ou disposição**
235 **final de resíduos sólidos urbanos. Nepomuceno/MG. PA**
236 **27429/2013/001/2014. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
237 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
238 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra,
239 Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV. **6.3) Britacal Indústria e Comércio de**
240 **Brita e Calcário Brasília Ltda. Estradas para transporte de minério/estéril,**
241 **lavras e extrações, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos**
242 **e oficinas), pilhas de rejeito/estéril, posto abastecimento, unidade de**
243 **tratamento de minerais. Unai/MG. PA 15846/2008/001/2008, DNPM**
244 **830.921/1997. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Item retirado de pauta pela
245 Presidência. **6.4) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A.**
246 **Pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa**
247 **pertencente ao bioma Mata Atlântica. Santa Bárbara/MG. PA**
248 **00111/1988/029/2013. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
249 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
250 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra,

251 Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
252 **PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO**
253 **CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO**
254 **BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Decs Energia Ltda. Central Geradora**
255 **Hidrelétrica. CGH Cachoeira do Sereno. Barragens de geração de energia**
256 **hidrelétrica. Sardoá/MG. PA 29545/2012/001/2013. Classe 3. Apresentação:**
257 **Escritório Regional Rio Doce/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
258 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur,
259 ICMBio, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção:
260 Ibama. Ausência: UFV. **7.2) Empresa Metropolitana de Tratamento de**
261 **Resíduos S/A. (EMTR). Tratamento e/ou disposição final de resíduos**
262 **sólidos urbanos. Ribeirão das Neves/MG. PA 00748/2007/002/2009. Classe**
263 **5. Apresentação: Escritório Regional Centro Sul/IEF.** Compensação
264 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
265 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg,
266 Angá e SEE. Abstenção: Ibama. Ausência: UFV. **7.3) Tiberina MG**
267 **Componentes Metálicos para Indústria Automotiva Ltda. Fabricação de**
268 **peças e acessórios para veículos rodoviários, ferroviários e aeronaves.**
269 **Juatuba/MG. PA 38090/2014/001/2014. Classe 3. Apresentação: Escritório**
270 **Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
271 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio,
272 Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção: Ibama.
273 Ausência: UFV. **7.4) Vale S/A. Complexo Mariana. Mina de Alegria/Fábrica**
274 **Nova. Lavra a céu aberto com tratamento a seco, minério de ferro, pilhas**
275 **de rejeito/estéril. Mariana/MG. PA 00182/1987/071/2009, DNPM 832.638/2006**
276 **e PA 00182/1987/079/2009, DNPM 2329/1935. Classe 6. Apresentação:**
277 **Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
278 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur,
279 ICMBio, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção:
280 Ibama. Ausência: UFV. Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: “Eu vou fazer um
281 destaque em nome do Escritório Regional Centro-Sul. Os processos 7.4 e 7.5,
282 da Vale, são processos de compensação por intervenção em Mata Atlântica. A
283 proposta é de criação de RPPN, como vocês puderam ver no parecer que foi
284 pautado. A proposta da RPPN é no quantitativo de 142,96 hectares. Só que,
285 quando nós fomos analisar o DNPM, vimos que 21,97 hectares estavam
286 sobrepondo uma área de concessão de lavra dentro do DNPM, e a criação de
287 RPPN impede que haja área de concessão de lavra para criação da RPPN. Nós
288 informamos para a empresa, que apresentou uma nova proposta. A alteração é
289 simplesmente na composição da conservação. Então, os 21,97 hectares vão ser
290 para servidão ambiental, e o restante, que deu 120,99, é a criação da RPPN, de
291 fato. Então, mantiveram-se os 142,96 hectares de conservação, o que é
292 compatível com a área a ser efetivamente compensada. Só fizemos essa

293 pequena alteração para que não haja área de concessão de lavra dentro do
294 DNPM em uma instituição de criação de RPPN. Nós fizemos um adendo, não
295 houve tempo de disponibilizá-lo antes da reunião da CPB, mas vamos
296 disponibilizá-lo. A partir de amanhã, eu acredito que conseguimos colocar esse
297 adendo no site. Só um destaque mesmo para deixar claro para vocês que
298 estamos bem atentos a essas questões de concessões de lavra dentro de área
299 de RPPN.” **7.5) Vale S/A. Mina de Brucutu. Diques de proteção de margens
300 de cursos d’água. São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. PA
301 00022/1995/055/2010. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-
302 Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
303 Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Sedectes, Crea,
304 Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção: Ibama. Ausência: UFV. **7.6)**
305 **Adenir Rodrigues de Oliveira. Construção de habitação/residência
306 unifamiliar. Brumadinho/MG. Sem AAF anterior à emissão do Daia. PA
307 09010000653/15. Não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-
308 Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
309 Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Sedectes, Crea,
310 Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção: Ibama. Ausência: UFV. **7.7)**
311 **Luiz Alberto de Campos Soares. Construção de habitação/residência
312 unifamiliar. Nova Lima/MG. Sem AAF anterior à emissão do Daia. PA
313 09010000610/16. Não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-
314 Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
315 Parecer Único. Votos favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Sedectes, Crea,
316 Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE. Abstenção: Ibama. Ausência: UFV. **8)**
317 **PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE
318 E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISÓ XIII, DO DECRETO
319 ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) Plano de Manejo do Monumento Natural
320 Estadual Lapa Nova de Vazante. Apresentação: Gerente MONA Lapa nova
321 de Vazante. Retorno de vista: Faemg. Plano de manejo aprovado por
322 unanimidade, com as adequações referentes aos artigos 36 e 49 da Lei Federal
323 9.985/2000 e na Resolução Conama 428/2010, nos termos propostos no
324 parecer de vista da Faemg, com a seguinte ressalva: – Onde está escrito “APA”
325 no parecer da Faemg, lê-se “Monumento Natural”. Aprovada ainda a inclusão da
326 seguinte observação no plano de manejo: “Nos casos das atividades citadas
327 como não permitidas no interior do Monumento Natural, haverá a
328 desapropriação das áreas quando não houver aquiescência do proprietário, nos
329 termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Lei do Snuc.” Votos favoráveis:
330 Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg,
331 Angá e SEE. Ausência: UFV. **8.2) Plano de Manejo do Parque Estadual de
332 Paracatu. Apresentação: Gerente do Parque Estadual de Paracatu. Plano de
333 manejo aprovado por unanimidade, com nova redação na página 27, no item
334 referente a restrições de uso na zona de amortecimento: – Onde está escrito**********

335 “Não poderão ser comercializadas áreas inferiores a 3 hectares”, substituir por:
336 “Não poderão ser comercializadas, nas zonas rurais localizadas nos limites da
337 zona de amortecimento, áreas inferiores a 3 hectares.”; – Onde está escrito
338 “Nos termos da Lei 9.985/2000, áreas localizadas no interior da zona de
339 amortecimento não poderão ser transformadas em zona urbana”, substituir por:
340 “Nos termos da Lei 9.985/2000, áreas rurais localizadas no interior da zona de
341 amortecimento não poderão ser transformadas em zona urbana.” Votos
342 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra,
343 Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV. **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
344 PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL
345 (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO
346 ARTIGO 13, INCISO II DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) RPPN
347 Sada Bio. Proprietária: Sada Bio Energia e Agricultura Ltda. e Tranzero
348 Transportadora de Veículos Ltda. Área proposta: 2.029,7719 ha. Jaíba e
349 Januária/MG. PA 12020000181/17. Apresentação: GCUC/IEF. Criação de
350 RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. Votos
351 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra,
352 Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV. **9.2) RPPN Alessandra Bello Vicentin.
353 Proprietária: Rima Industrial S/A. Área proposta: 11.765,8706 ha.
354 Januária/MG. PA 00026154150120/17. Apresentação: GCUC/IEFN. Criação
355 de RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. Votos
356 favoráveis: Fapemig, Setur, ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra,
357 Fiemg, Angá e SEE. Ausência: UFV. **9.3) RPPN Cachoeira de São José.
358 Proprietária: Concel. Área proposta: 15,00 ha. Itatiaiuçu/MG. PA
359 13020700344/15. Apresentação: GCUC/IEF. Criação de RPPN indeferida por
360 unanimidade nos termos do parecer do IEF. Votos favoráveis: Fapemig, Setur,
361 ICMBio, Ibama, Sedectes, Crea, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Angá e SEE.
362 Ausência: UFV. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
363 tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a sessão, da qual
364 foi lavrada esta ata.******

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Proteção à
Biodiversidade e de Áreas Protegidas